

1) Na sociedade, as relações sociais - desde as mais simples às mais complexas - são permeadas por relações de poder de diferentes tipos e em diversos níveis. O poder caracteriza-se pela imposição da vontade em uma relação social mesmo quando há resistência alheia, podendo ser exercido de maneira direta e explícita, bem como de forma indireta e implícita. Existem tipos de poder diferentes: poder econômico - ligado à posse de bens materiais; poder político - relativo ao monopólio da força; e poder ideológico - relacionado à capacidade de influenciar a formação de ideias e opiniões. O exercício do poder é uma condição essencial para o exercício da política, legitimando-o. A política tem sua origem na Grécia Antiga estando ligada às questões e atividades inerentes à vida na cidade (*polis*), e após as Revoluções Liberais do século XVIII passou a designar as atividades relativas ao controle do Estado. Nas sociedades contemporâneas o Estado simboliza o principal modo de organização política e é caracterizado pela racionalização da gestão do poder, marcada pela separação das esferas política e religiosa. Ademais, o poder é amparado por uma estrutura administrativa e burocrática composta de um corpo qualificado de técnicos que operam conforme procedimentos preestabelecidos e impessoais, para evitar a pessoalidade nas relações entre governantes e governados. Existem, entretanto, diferentes sistemas de governo ligados às formas como são estabelecidas as relações entre os poderes, os regimes políticos e as regras eleitorais. Esta introdução teve como objetivo destacar como as dimensões do poder, da política e do Estado estão inerentemente conectadas e são interdependentes. A partir da mesma, vamos discutir duas perspectivas teóricas das Ciências Sociais que discutem a relação entre estas dimensões. Em primeiro lugar, discutiremos a perspectiva liberal ancorada nas ideias de Weber, dos contratualistas como Locke e Montesquieu e de Adam Smith. O Estado liberal, que tem como inspiração as Revoluções burguesas do século XVIII com destaque para a Revolução Francesa e os seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, emerge como



contraponto ao Estado Absolutista e tem como fundamentos a soberania popular e a representação política. Este Estado tem como fonte de legitimidade do seu poder o tipo de dominação weberiana racional-legal, caracterizado pela adoção de normas e regras aprovadas e aceitas por todos, na forma de burocracia. Amparado em estruturas de poder impessoais, na alternância de poder e na igualdade formal dos cidadãos, o Estado possui o monopólio da violência, que é exercido pelo controle das fontes legítimas da violência, como a polícia e as forças armadas. Na concepção de Locke a função do Estado é garantir as liberdades individuais e a propriedade privada, intervindo o mínimo possível na vida dos cidadãos. Organizacionalmente, o Estado Liberal é marcado pela divisão dos poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - que devem controlar um ao outro, evitando o abuso de poder, assim como concebido por Montesquieu. Na esfera econômica, o Estado Liberal segue a visão de mundo de Adam Smith, sendo o guardião da ordem, ou seja, garantindo a segurança e a manutenção da propriedade privada, com forte separação entre esfera pública e privada e com a mínima interferência no mercado, que se autorregularia através da lei da Oferta e Demanda. Neste Estado os representantes <sup>são eleitos</sup> exercem o poder em nome dos representados, e a forma de governo pode variar. Em síntese a perspectiva liberal agrega a democracia representativa liberal, a igualdade jurídica entre os cidadãos, a garantia da propriedade privada, o monopólio da força, e a regulação da vida econômica com pouca interferência no funcionamento dos mercados. Este Estado foi dominante na Europa e nas Américas até meados do século XX, sendo renovado em sua forma neo liberal nas duas últimas décadas do século passado, sendo marcado pela desregulamentação financeira, privatização de bens e serviços públicos e flexibilização nas leis trabalhistas.



Apesar do Estado Liberal ter apresentado avanços em relação do sistema feudal e Estado Absolutista, o mesmo foi responsável por gerar forte concentração de capital nas mãos dos detentores dos meios de produção e produzir fortes desigualdades entre os grupos sociais.

Situando-se em um polo oposto e adotando uma postura crítica ao pensamento liberal, a perspectiva marxista desenvolveu um quadro analítico e teórico alternativo para conceber a relação entre Poder, Política e Estado. Inspirado, sobretudo, nas ideias de Marx e Engels, esta perspectiva foi a base para o Estado Socialista e modo de produção comunista. Diferentemente dos liberais que viam o mundo/sociedade como um agregado de indivíduos racionais e atomizados buscando maximizar sua utilidade a abordagem marxista concebe o mundo a partir do conflito de classes, neste caso entre a burguesia - ~~os~~ detentores dos meios de produção - e proletários - classe que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Este conflito fundamental na sociedade do ponto de vista marxista deriva da contradição existente na base material, ou infraestrutura, da sociedade. Esta infraestrutura é formada pelas forças produtivas e relações sociais de produção. A medida que as forças produtivas evoluem elas entram em conflito com as relações sociais de produção, marcadas pela exploração da mão-de-obra dos proletários pelos burgueses. Neste prisma, o Estado seria um componente da superestrutura jurídico-política da sociedade, esta última, por sua vez, é condicionada pela infraestrutura. Na visão de Marx, o Estado seria o comitê gestor dos interesses da classe dominante, neste caso a burguesia. Assim, de nada adianta a igualdade formal entre os indivíduos, uma vez que a fonte do poder político está ligada ao poder econômico, garantido pela propriedade privada e pela divisão de classes. Desta forma a democracia liberal serviria somente para a manutenção das desigualdades e das relações de poder marcadas pela exploração na sociedade.

A perspectiva marxista, portanto, foi a base da concepção do Estado socialista e do modo de produção comunista, este último nunca chegou a ser implementado efetivamente. O Estado socialista, que tem como experiência histórica mais significativa a Revolução Russa e a União Soviética, prevê a socialização dos meios de produção, a centralização de poder no comitê do partido comunista (no caso da URSS e da China) e a planificação da economia. Em oposição ao livre mercado e a livre iniciativa, a economia planificada tem como eixo a forte intervenção do Estado no funcionamento da produção e distribuição de bens e serviços. Além disso, o Estado atua como regulador da vida econômica e social, provê os bens públicos de maneira gratuita, controla as movimentações financeiras e atua como atenuador das desigualdades. Além de experiências mais extremas como a URSS, Cuba e China, a perspectiva marxista também orientou a formação do Estado de Bem Estar Social que busca combinar elementos socialistas com a democracia liberal, e foi dominante na Europa no pós 2ª GM. Em suma, o Estado socialista combina socialização dos meios de produção, economia planificada, unipartidarismo, conselhos populares e de trabalhadores, e deriva seu poder da primazia do proletariado sobre a burguesia, buscando superar a luta de classes, a desigualdade e a exploração da mão-de-obra pelos burgueses. Entretanto, não foi um suicídio historicamente devido a burocratização, centralização e falta de dinamismo econômico.

2) Como vimos na discussão feita anteriormente, Poder, política e Estado estão intimamente relacionados, e podem ser concebidos e analisados a partir de perspectivas teóricas distintas. Os acontecimentos que ocorreram no Brasil recentemente podem servir de exemplo para ilustrar esta discussão e para mostrar os limites práticos da democracia política, e de que forma o poder econômico e ideológico podem influenciar o poder político.





Nos dois mandatos do presidente Lula e no primeiro mandato da presidente Dilma houve um estímulo ao consumo, expansão do crédito, ampliação dos programas sociais e estímulo ao desenvolvimento industrial centrados no Estado. O Brasil conseguiu crescer economicamente e avançar em indicadores sociais. Com estilo conciliador, o presidente Lula conseguiu, através da conciliação de classes, estabelecer uma governabilidade econômica, social e política relativamente estáveis. Em seu governo "todos ganharam" e os conflitos foram trazidos para dentro da coalizão que sustentava o governo e eram mediados pela liderança carismática de Lula.

Mesmo herdando o capital político-eleitoral de Lula, Dilma não possuía a habilidade política do antecessor. Conjugado a isso quando iniciou seu mandato o cenário econômico internacional se transformou, e a economia brasileira começou a dar sinais de esgotamento, no que diz respeito ao seu modelo de crescimento centrado em consumo e exportação de commodities vigente na década anterior. Gradativamente, a governabilidade econômica foi sendo deteriorada pela desaceleração da economia e retração do crédito, paralelamente houve um aumento da insatisfação social e um achatamento da base de apoio político do governo, erodindo a governabilidade social e política.

Neste contexto, frações da classe dominante, que há tempos se mostravam insatisfeitas com a intervenção do Estado na economia e com os avanços sociais das classes populares, começaram a se organizar para sabotar o governo politicamente, e a fomentar protestos para enfraquecê-lo socialmente. Dilma se elegeu com dificuldade para o segundo mandato, mas seu enfraquecimento político se acentuou, e o aprofundamento da crise econômica, também influenciada por rebotes da classe dominante, tornaram o país quase ingovernável.

Em meados de 2016, o presidente da Câmara aceitou protocolar um pedido de impedimento contra a presidente. Nos meses seguintes, inflamado por uma campanha forte dos meios de comunicação, milhares de pessoas foram às ruas pedir a saída de Dilma. O impeachment se concretizou, e o vice-presidente assumiu botando em marcha uma série de medidas e reformas constitucionais que atendiam a demandas das classes dominantes - detentores dos meios de produção - e suprimia direitos dos trabalhadores "proletários", explicitando os limites de democracia no Brasil. Este exemplo, que foi bastante resumido anteriormente, ilustra como as dimensões do poder, da política e do Estado estão fortemente interligados. Além disso, fica claro que apenas uma perspectiva teórica não é capaz de dar conta da complexidade da realidade. É preciso conhecer e articular múltiplas abordagens teóricas para entendermos como se desenrolam as dinâmicas de poder que influenciam a política e o Estado nas sociedades contemporâneas.

### 3) Plano de Aula.

Tema: Como percebemos o poder na sociedade?

Objetivo: Esta aula tem como objetivo estimular os alunos a pensar sobre a noção de poder, e <sup>em</sup> como este é exercido e percebido na sociedade. Além de discutir os diferentes tipos, formas e níveis de poder, a aula visa desmistificar a ideia de que o poder está relacionado somente à política ou a grandes líderes e reside somente nas grandes estruturas e instituições da sociedade.

## Conteúdo:

- o conceito de poder;
- as formas de exercício do poder: diretas e explícitas; indiretas e implícitas; individuais e complexas.
- os agentes do poder: indivíduos, governos, empresas, mídia.
- os tipos de poder: econômico, político e ideológico.

(Etapas)

## Metodologia e Recursos:

- 1) usar perguntas para estimular uma reflexão entre os alunos sobre a noção de poder, p. ex. você já fez algo contra sua vontade?, você já foi influenciado a fazer algo?, você já tentou convencer um amigo(a) ou namorado(a) a fazer algo?
- 2) Após reflexão inicial apresentar um slide com o conceito de poder e pedir para os alunos identificarem os agentes de poder na sociedade.
- 3) Apresentar situações (em forma de imagem ou vídeo) que denotem diferentes tipos de poder (econômico, político e ideológico); em seguida apresentar a definição de cada um em slides, e detalhar seu funcionamento.
- 4) Fazer um debate sobre o papel da mídia nas escolhas dos indivíduos e na formação de suas opiniões atualmente.
- 5) Pedir que os alunos pesquisem diferentes relações de poder na sociedade, e sua relação com a política.

- Avaliação: Pedir a elaboração de um trabalho em formato audiovisual que retrate uma relação de poder presente na escola.



Justificativas: Esta aula foi desenvolvida para apresentar o conceito de poder e como ele se apresenta de diferentes formas na sociedade. Optou-se por trabalhar este conceito na primeira aula do módulo, pois o mesmo é a base pela qual se sustentam o exercício da política e a constituição e funcionamento do Estado, temas subsequentes. Como a aula pretende estimular a reflexão sobre as relações de poder na sociedade, a metodologia busca combinar recursos tradicionais (exposição de conteúdos), com métodos alternativos (uso de material audiovisual e debates). A escolha também justifica-se pela necessidade de tornar a aula mais atrativa, diante da aridez do tema.

Por fim, a aula tem relevância para os alunos do 1º ano do Ensino Médio, pois, além de trabalhar um importante conceito sociológico, também desmistifica a ideia de que o poder está ligado somente à política e às grandes estruturas e instituições da sociedade, mostrando como o mesmo se espalha nas diferentes relações sociais (desde familiares até profissionais). Além disso, a aula reflete sobre o poder que a mídia exerce sobre as escolhas, individuais e coletivas. Ambos os temas são de grande valia para fomentar o ~~por~~ pensamento crítico e a estimular o questionamento dos padrões sociais, o que é extremamente importante para adolescentes que estão construindo sua identidade, como é o caso dos alunos do Ensino Médio.